

5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Situado entre o Núcleo Metropolitano que o confina pelo lado sul e os espaços eminentemente rurais que o circundam pelos lados norte, oeste e sudoeste, o Setor Norte do Litoral Pernambucano reflete, na complexa organização de seu espaço e nos problemas e potencialidades a ela associados, o efeito tanto das dinâmicas que atuam no interior de seus limites territoriais como daquelas radicadas nos espaços confinantes e na própria Região Nordeste. Dentre estas, sobressaem: a) as dinâmicas populacional urbana e urbano-industrial e; b) a dinâmica do setor produtivo.

O impacto, no Litoral Norte, das dinâmicas populacional, urbana e urbano-industrial decorre da inserção de quase 30% desse segmento litorâneo na Região Metropolitana do Recife e de sua contigüidade com o Núcleo Metropolitano, o que o torna receptor de parte do excedente demográfico do referido Núcleo e ponto terminal da migração que, proveniente da zona rural e dos municípios e estados vizinhos, se dirige para a RMR. Desses processos resulta a ocorrência, nas áreas urbanas do Litoral Norte, de dois tipos de problemas: a proliferação de bolsões de pobreza associada à ocupação desordenada do solo (ocupação das áreas de uso público dos loteamentos e construção de moradias em encostas com alta declividade, em áreas de mangues e alagados) e a degradação do solo, da água e da cobertura vegetal, nessas áreas.

A ocorrência desses problemas, em todos os núcleos urbanos da área, reclama, para o efetivo equacionamento, a ação integrada do Estado, do Município e do setor privado na adoção de medidas destinadas a promover:

- 1) a elaboração, aprimoramento e implementação de instrumentos disciplinadores do uso e ocupação do solo (planos diretores, lei de parcelamento do solo urbano, zoneamento territorial e funcional, definição do perímetro urbano, entre outros);
- 2) implantação/ampliação da infra-estrutura de saneamento básico;
- 3) incentivo às atividades geradoras de emprego e renda;
- 4) o fortalecimento da organização comunitária, de sorte a promover, com a efetiva participação da sociedade organizada, o reordenamento do uso do solo, a recuperação dos recursos ambientais degradados e a melhoria da qualidade de vida das populações urbanas.

Um terceiro tipo de problema associado às dinâmicas acima assinaladas diz respeito à urbanização desordenada da orla marítima. Consiste no avanço das construções na faixa de praia, no aterro de *maceiós* e lagoas costeiras e na poluição da praia por esgoto, acarretando, no primeiro caso, a intensificação da erosão marinha na costa e, nos dois últimos, a destruição de atrativos naturais e a perda da balneabilidade das praias. Dentre as medidas necessárias ao equacionamento desses problemas, figuram:

- 1) a ampliação e o aperfeiçoamento dos instrumentos disciplinadores do uso do solo;
- 2) o reordenamento do uso do solo nas áreas urbanizadas e o controle da ocupação das áreas em processo de urbanização;
- 3) a implantação, recuperação e ampliação do sistema de saneamento básico;
- 4) a recuperação dos trechos de praia erodidos, a desobstrução das vias de acesso à praia e a desocupação da faixa de praia irregularmente ocupada;
- 5) a recuperação/conservação e valorização do patrimônio histórico e cultural;
- 6) a capacitação da mão-de-obra local para as atividades de apoio ao turismo.

No tocante à dinâmica do setor produtivo, o Litoral Norte espelha, em seus espaços urbano e rural, o efeito dos processos que atuam nas escalas mundial, nacional e regional e que, ao se internalizarem nesse segmento do Litoral Pernambucano, ganham ritmos e feições próprias, gerando problemas mas, também, recriando oportunidades, o que exige, cada vez mais, ações integradas de gestão – as únicas capazes de assegurar a eliminação/mitigação dos primeiros e o aproveitamento sustentável das segundas.

Dentre os problemas resultantes das dinâmicas acima referidas, sobressaem: a crise dos setores industrial e agroindustrial, responsável, juntamente com o êxodo rural, pelo alto desemprego do campo e da cidade; a elevada concentração da propriedade e da exploração da terra, no segmento canavieiro da área, reproduzindo a pobreza rural e incentivando a migração campo-cidade; a degradação dos recursos naturais (remanescentes da Mata Atlântica, manguezais, solo e mananciais de superfície); a baixa produtividade da agricultura e das atividades artesanais; e a fraca organização dos pequenos produtores.

Face a tais problemas, algumas ações tornam-se prioritárias, para minorá-los ou equacioná-los, quais sejam:

- 1) reflorestamento/recuperação da cobertura florestal de áreas com alta declividade, de nascentes e da faixa em torno dos mananciais;
- 2) diversificação das atividades monocultoras e fortalecimento da pequena produção rural bem como da pesca e da aqüicultura praticadas em moldes artesanais;
- 3) incentivo ao turismo rural, integrando granjas, fazendas e unidades policulturas;
- 4) proteção das áreas de recarga dos aquíferos;
- 5) incentivo à organização dos pequenos produtores rurais e urbanos;
- 6) recuperação, conservação e valorização do patrimônio histórico e cultural;
- 7) zoneamento dos estuários para disciplinamento da circulação de embarcações;
- 8) recuperação das áreas degradadas por mineração;
- 9) ampliação da rede de monitoramento dos recursos hídricos e da qualidade do ar;
- 10) monitoramento dos recursos biológicos dos estuários e áreas interiores.

A magnitude dos problemas acima relacionados e a complexidade das soluções reclamadas supõem, tanto quanto aqueles inerentes à dinâmica das áreas urbanas, ações integradas de gestão, envolvendo o Município, o Estado, os órgãos federais que atuam na área e a sociedade organizada, ações essas capitaneadas pelo Município.